

## **O Papel da Imprensa em Conflitos Armados: O Caso da Guerra Civil na Síria<sup>1</sup>**

Talissa de Angilis Azevedo Monteiro<sup>2</sup>  
Reginaldo Jonas Heller<sup>3</sup>  
Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa)

### **Resumo**

O presente trabalho visa discutir a questão da objetividade da imprensa em situações de conflitos armados. Neste contexto, a diversidade dos discursos midiáticos parece desaparecer, tornando-se quase unilateral. A experiência de casos atuais e antigos sobre a cobertura de guerra demonstra que este mesmo discurso está, quase sempre, pareado com interesses externos dos seus países, sejam econômicos, políticos ou ideológicos.

**Palavras-chave:** jornalismo; guerra; síria; política; internacional.

### **Texto do Trabalho**

Ao se analisar o trabalho jornalístico, não há como não se falar em objetividade da notícia. O modelo ideal, predominante nos Estados Unidos e adotado no Brasil, pretende-se objetivo e isento de qualquer juízo de valor. Por ele, o jornalista deve relatar os fatos, expondo o máximo de ângulos e versões possíveis, a fim de que o leitor faça sua própria interpretação. Porém hoje, há um consenso na comunidade jornalística de que é impossível alcançar, na prática, aquela objetividade.

Pelo fato do jornalismo ser uma atividade social, a questão da objetividade pode ser abordada na mesma forma com que é tratada nas ciências sociais. O sociólogo e professor brasileiro, Michael Löwy (1991), em uma brochura sobre ideologias, apresenta duas visões sobre o tema: a dos intelectuais Emile Durkheim e Max Weber. Segundo o primeiro, o cientista social (e aí incluiríamos os jornalistas) “(...) deve pôr de lado, sistematicamente, todas as prenoções antes de começar a estudar (reportar) a realidade social. Estas prenoções seriam viseiras que impediriam de ver o que realmente estaria se passando” (LÖWY, 1991, p. 42).

---

<sup>1</sup> Exemplo: Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação último ano do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Volta Redonda, e-mail: monteiro.talissa@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Volta Redonda, e-mail: rejonas.heller@gmail.com.

Weber, porém, entende que é impossível o indivíduo se livrar de todos os seus conceitos já formados, a partir mesmo do momento da escolha do objeto a ser estudado/relatado. No caso do jornalismo, nem sempre as escolhas de cobertura - uma guerra, por exemplo - são objetivas. Como, por exemplo, explicar a decisão de promover a cobertura desta e não daquela guerra? Além disso, segundo Löwy, a suposta subjetividade estaria presente, também, na apuração das notícias e na coleta de dados. “Eles são colhidos (...) são uma construção... o próprio ato de recortar um elemento da realidade e examiná-lo já implica certa perspectiva, uma escolha... uma visão de mundo” (LÖWY, 1991, p. 56).

Apesar disso, a objetividade jornalística ainda é pregada em muitos veículos, embora esteja muito longe de se realizar. A impossibilidade prática de uma objetividade absoluta, como lembra Weber, contribui, nas sociedades democráticas, para uma diversidade de opiniões, um amplo espectro de posições políticas e ideológicas que, na sua interação, promovem o debate e a produção cultural. Paradoxalmente, é no relativismo da verdade que as diferentes versões dos fatos contribuem para a construção de um modelo virtual que mais se aproximaria da realidade. Essa hipótese, contudo, o pluralismo de opiniões, só se viabiliza onde há liberdade. Ou seja, em regimes democráticos.

Nesta relação entre governos nacionais e imprensa, o filósofo francês, Louis Althusser, caracterizou a mídia como um “Aparelho Ideológico do Estado”. Assim como a família, religião e escolas, ela teria papel fundamental na hora de garantir e perpetuar ideologias, valores e práticas, vinculadas ao pensamento de uma classe (ALTHUSSER, 1998, p.63). Na esfera midiática, por exemplo, o também filósofo e linguista, Umberto Eco, argumenta que “hoje um país pertence a quem controla os meios de comunicação” (ECO, 1984, p.165). A forma como um governo lida com a sua imprensa também é um importante parâmetro para a situação democrática do país, como explica o sociólogo Herbert de Souza. “O termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação” (SOUZA *apud* GUARESCHI, 2002, p.11). Assim, diversidade estaria relacionada à liberdade de expressão, elemento indissociável da democracia, como expressa Ignacio Ramonet, jornalista e sociólogo.

A liberdade dos meios de comunicação não é mais do que a extensão da liberdade coletiva de expressão, fundamento da democracia. Como tal, implica uma responsabilidade social e seu exercício está, portanto, sujeito, em última instância, ao controle responsável da sociedade (RAMONET, 2006, p.27, grifos do autor).

Ao mesmo tempo, porém, em que o Estado precisa da mídia, ela também tem seus interesses neste, segundo o filósofo e linguista, Noam Chomsky (2003), e o analista de mídia, Edward Herman (2003), que usam o caso americano para exemplificar.

A mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses. A mídia precisa de um fluxo constante e confiável de matérias-primas para notícias. (...) Não é possível ter repórteres e câmeras em todos os lugares onde histórias importantes podem acontecer. A economia dita que a mídia de massa deve concentrar seus recursos onde possam ocorrer notícias significativas com mais frequência, onde importantes rumores e boatos surjam, e onde ocorram coletivas de imprensa regulares. A Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado em Washington, D.C. são eixos centrais dessas atividades (CHOMSKY; HERMAN, 2003, p.77).

Assim, em contextos onde a imprensa é livre, há uma relação de mão dupla entre ela e o governo. Não há o que se sobrepõe ao outro, mas interesses de ambos os lados que se ordenam para criar consentimento.

No entanto, mesmo em democracias, a diversidade de opiniões reduz-se em face à uma situação especial: a guerra. Uma análise do trabalho midiático nesse tipo de cobertura demonstra que o espaço para relatos divergentes reduz-se substancialmente. Neste sentido, muitos teóricos concordam que a cobertura de conflitos se diferencia das outras atividades jornalísticas e apresenta algumas particularidades.

“A própria natureza da guerra”, observou Kate Adie (1998), “confunde o papel do jornalista” (1998, p.44). Confrontado com as frequentes e horríveis realidades de um conflito, qualquer crença de que o jornalista consegue manter-se distante, remoto, ou imune ao que está a acontecer “tende a voar pela janela” rapidamente (ADIE, 1998 *apud* ALLAN; ZELIZER, 2004, p.3).

O papel do próprio jornalista em campo também é questionado nessas situações. Enquanto, fora da guerra, os profissionais conseguem certo nível de imparcialidade, em épocas de conflito, eles pecam inclusive na linguagem usada.

Enquanto em tempos comuns eles (os jornalistas) mantêm-se afastados e comentam conflitos de facções, durante uma crise – em particular nas de grande magnitude – os jornalistas incorporam-se à nação usando linguagem inclusiva, “nós” ao invés de “eles” (JAMIESON; WALDMAN, 2003, p.138).

A relação imprensa e Estado não é assunto recente. Já foi largamente discutida por teóricos da comunicação e outros estudiosos da mídia. Sua atividade é estudada nos mais diferentes cenários e é importante entender, não só o seu papel em determinado governo, mas como ela se molda (ou como a moldam) de acordo com as condições políticas de cada país. “Quem quer que pense que a imprensa exerce a mesma função na América e na

Rússia, ou na França e na China em verdade não percebeu a natureza do meio.” (MCLUHAN, 2007, p.235-236).

Na obra “Os meios como extensão do homem” (2007), o teórico da comunicação, Marshall McLuhan, ainda destaca a capacidade da imprensa de se relacionar com diversas esferas da sociedade.

Em seu estudo sobre a imprensa, *The Fourth Branch of Government* (O Quarto Poder), Douglas Carter surpreende-se com o fato de que a imprensa consiga relacionar consigo mesma e com a nação, departamento e setores governamentais extremamente fragmentados (MCLUHAN, 2007, p. 241).

A imprensa, porém, não é essencial apenas nas democracias. Em cenários autoritários, contudo, ela é uma das primeiras a ter suas atividades cerceadas, junto com parlamento e oposição. No livro “Dez Dias que Abalaram o Mundo” (2002), do jornalista John Reed, ele conta que durante a Revolução Russa, dentre os primeiros decretos do revolucionário e chefe do Estado russo, Vladimir Ilitch Lênin, estava o regulamento da imprensa “mandando suspender imediatamente todos os jornais que incitassem os cidadãos à resistência ou que deformassem, conscientemente, as notícias” (REED, 2002, p.158).

Em tais regimes, é mais fácil ver esta relação, diríamos, promiscua entre mídia e Estado, como verdadeiros apêndices, embora fundadas, nestes casos, por razões ideológicas. McLuhan transcreve a fala de três governantes autoritários da Rússia comunista:

**Lênin:** “Um jornal não é apenas um propagandista e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo”.

**Stalin:** “A mais poderosa arma do nosso partido”.

**Kruschev:** “Nossa principal arma ideológica” (MCLUHAN, 2007, p.243).

No entanto, segundo o sociólogo, John B. *Thompson* (2007), a mídia de massa (em especial a televisão), e, principalmente a eletrônica, restringiu o poder de governantes sobre a comunicação. O que antes acontecia de “forma vertical” (*sic*) se tornou “horizontal”, obrigando políticos a se adaptarem.

Voltando aos regimes democráticos, portanto, pode se dizer – e é isso que se pretende demonstrar - que imprensa e governo se relacionam, numa espécie de simbiose, em uma esfera simbólica e ideológica. Não há coerção, mas influências e interesses mútuos. O professor e pesquisador brasileiro, Jacques A. Wainberg, em sua obra “Mídia e Terror: comunicação e violência política”, diz que a mídia é uma esfera de disputa, onde os atores políticos tentam difundir suas ideologias. Mídia e governos tentam se influenciar mutuamente, ambos são atores privilegiados no cenário político. Ele dá o exemplo da CNN

“o efeito CNN”), quando a rede é acusada de influenciar decisões de Estado. Mais frequente em assuntos de crise humanitária, o canal consegue mobilizar a opinião pública, que pressiona seus governos por uma decisão:

Pode-se afirmar com certa cautela que a CNN e outras emissoras similares exercem certa influência nas decisões governamentais sobre crises internacionais quando há alguma contradição entre o desejo da autoridade (que não quer intervir) e o da opinião pública que exige uma reação dos governos ocidentais contra a violenta agressão aos direitos humanos refletida no noticiário de imprensa (WAINBERG, 2005, p.39).

Isso confirma a hipótese de Thompson (1990), explicada pelo sociólogo Anthony Giddens (2005), segundo a qual a mídia de massa, nas sociedades modernas, consegue controlar ideias dominantes que circulam em uma sociedade. “A ideologia refere-se ao exercício do poder simbólico – a maneira como as ideias são aproveitadas para esconder, justificar ou legitimar os interesses de grupos dominantes na ordem social” (THOMPSON, 1990 apud GIDDENS, 2005, p.377).

No contexto de guerra, pode se basear ainda na explicação de Giddens (2005) sobre a inserção da mídia na esfera pública que o filósofo alemão Jürgen Habermas (1989) propôs. Para ele, a política é encenada não só no parlamento, mas também na mídia, o que justificaria o uso da propaganda de guerra, aplicada para ganhar o apoio público na intervenção de um país em um conflito.

Tal estratégia pode ser resumida no modelo que Harold Lasswell, cientista político e teórico da comunicação, apresenta em “Técnica de Propaganda na Guerra Mundial” (1938). Para o autor, durante a campanha de guerra, a imprensa é elemento chave para atingir o público. Aliada ao governo e seus interesses, o que se faz é (1) colocar a "culpa da guerra" do inimigo; (2) fomentar a natureza "satânica" do inimigo; e (3) propagar "a ilusão da vitória"<sup>4</sup>. Se garantir o apoio do povo, a guerra pode ser declarada. Assim, se torna, além de bélica, um conflito midiático.

Dessa forma, lidando com uma crise internacional, como a guerra, a independência ou a objetividade midiática é ainda mais questionada. Na história, durante momentos de conflitos, a mídia mostrou-se como uma importante força na manutenção dos interesses dos países envolvidos, relacionados às suas políticas externas. Através dos veículos de imprensa, tenta-se um consenso na opinião pública. Afinal, outros episódios mostram que sem o apoio geral do povo, uma campanha de guerra está quase destinada a fracassar.

---

<sup>4</sup> Ver o argumento nos capítulos III, IV e V do livro referenciado.

A partir da observação dos casos de guerra mencionados a seguir, pode-se constatar que a mídia não é independente e que a objetividade cede lugar aos interesses políticos envolvidos. Nos conflitos internacionais, a mídia, quase sempre, está atrelada à política externa de seus respectivos países.

### 7.1.1 De Cuba à Ucrânia

A Guerra Hispano-Americana, em 1898, por exemplo, ilustra um caso em que a mídia não só esteve alinhada com os interesses internacionais dos Estados Unidos, mas, além disso, ajudou a construir um contexto para que o país pudesse declarar guerra à Espanha. A intervenção americana precisava de um pretexto para obter o apoio necessário dos seus cidadãos. Neste sentido, a imprensa teve papel fundamental, difundindo a ideia de que os EUA precisavam livrar os cubanos do colonialismo espanhol. O acontecimento chave para legitimar a intervenção foi a explosão do navio americano Maine, em Havana. Mesmo com a insistência espanhola de que havia sido um acidente, a imprensa rapidamente definiu o fato como um ataque e, enfim, a guerra pôde ser declarada, como explica a historiadora Mary Anne Junqueira no seu livro “Estados Unidos: A consolidação da nação” (2001).

Em seu livro “A Primeira Vítima” (1975), o correspondente de guerra Phillip Knightley relata um episódio sobre a falta de comprometimento da mídia com os fatos. William Randolph Hearst, dono do *New York Journal*, enviara um desenhista para a cobertura da guerra em Cuba. Chegando lá, porém, o enviado não viu nenhum conflito e escreveu para o chefe: “-Tudo está tranquilo. Não há problemas aqui. Não haverá guerra. Quero voltar.” (KNIGHTLEY, 1975, p.73). Ao que Hearst teria respondido: “-Favor ficar. Você providencia os desenhos. Eu providenciarei a guerra” (idem).

Outro período em que a mídia e as políticas oficiais andaram atreladas foi durante a Primeira Guerra Mundial. O conflito começou com promessa de honra e glória para os países envolvidos, porém, se tornou o que foi considerado o maior genocídio até então, onde os sacrifícios cometidos pela população começaram a parecer inúteis. Assim, a imprensa foi peça fundamental na maior máquina de propaganda de guerra criada até aquele momento. O esforço dos governos diretamente envolvidos, principalmente Inglaterra e França, era para convencer seus respectivos públicos de que a guerra ainda valia a pena e que os civis precisavam lutar. Neste período, a atividade do correspondente de guerra

também foi consolidada. Iam para o *front* com os soldados e “escreviam jovialmente a respeito da vida nas trincheiras, mantinham um silêncio deliberado a respeito da carnificina e se deixavam absorver pela máquina da propaganda” (KNIGHTLEY, 1975, p.103), tornando seu papel na manutenção dos interesses do país essencial. E assim começou uma grande conspiração. Foram ditas mais mentiras deliberadas do que em qualquer outro período da história, e todo o aparato do Estado entrou em ação para suprimir a verdade (KNIGHTLEY, 1975, p.473).

A associação entre imprensa e política externa na cobertura de um conflito, porém, nem sempre foi bem sucedida. No início da guerra do Vietnã, por exemplo, os interesses até estavam alinhados, mas na medida em que se ia desenrolando, o fracasso do envolvimento americano tornou-se inegável. Washington, entretanto, não desistiu de persuadir os jornais a seu favor, “Parece que somos encarados pela embaixada americana como instrumentos de nossa política externa” (KNIGHTLEY, 1975, p.516) disse o correspondente Homer Bigart, no suplemento do *New York Times*. Porém, “Foi no Vietnã que os correspondentes começaram, seriamente, a questionar a ética da sua tarefa” (KNIGHTLEY, 1975, p.516). Assim, em um misto de falta de opção e pressão popular, a mídia americana passou a noticiar um conflito mais verdadeiro e, em um acontecimento único até então, a mostrar alguma independência na cobertura de guerra.

Em um exemplo mais recente, temos o conflito na Ucrânia. A mídia de ambas as maiores potências envolvidas, Rússia e Estados Unidos, mais parece ser um aparelho dos estados e não órgãos independentes. Se acompanhados apenas pelas notícias, há dois conflitos diferentes noticiados pelos jornais, sempre obedecendo aos interesses externos de cada um daqueles países. Assim, podemos ver que a falta de independência e comprometimento com os fatos da imprensa não está restrita a conflitos antigos. Mas ainda está presente na atualidade, atuando de forma definidora na construção da imagem da guerra.

#### 7.1.2 Estudo de caso: guerra na Síria

A guerra síria começou em 2011, com protestos inspirados na chamada “Primavera Árabe”, que ocorreu no Egito e na Tunísia. Os manifestantes reivindicavam reformas democráticas na contramão do presidente Bashar Al-Assad, cuja família governa o país há



44 anos<sup>5</sup>. Assad provém da minoria alauíta, enquanto a oposição é predominantemente sunita, majoritária no país.

Hoje, a guerra tomou o rumo sectário e envolve, além de alauítas, vários grupos sunitas que se opõem ao regime, tanto fundamentalistas de diferentes matizes, a exemplo do EI (Estado Islâmico); o ramo sírio da Al-Qaeda; o Al-Nusra, entre outros, como, também, grupos laicos/ democratas, mais alinhados com o Ocidente. Além do grupo xiita libanês Hezbollah, que apoia abertamente o regime de Bashar Al-Assad. Por enquanto, a ramificação da Irmandade Muçulmana na Síria, expulsa pelo regime de Assad, não tem participado diretamente deste conflito. Contudo, já há indícios de que muitos dos seus integrantes estão voltando à Síria para se juntar aos demais grupos opositores em armas.

O envolvimento de potências e fatores externos à geografia síria neste conflito apresenta, ao menos preliminarmente, traços muito semelhantes à Guerra Civil na Espanha, onde ali se jogaram interesses de outras potências que disputavam a hegemonia europeia (SALVADÓ, 2008, p.107-108). À medida que a crise síria se intensifica, ela envolve todos os seus vizinhos, não apenas derrubando o status quo regional, mas também ameaçando desencadear uma conflagração regional mais ampla. (CALABRESE, 2012, tradução nossa).<sup>6</sup>

No caso sírio, os papéis exercidos pelo Irã, Arábia Saudita, Rússia e o Ocidente parecem evidentes. Não se deve descartar, em nenhuma hipótese, que a disputa por hegemonia política está intimamente vinculada às diferenças sectárias.

Direta ou indiretamente envolvidos no conflito sírio, estariam, por um lado, a Arábia Saudita, a Jordânia e alguns dos Emirados árabes, apoiados pelos Estados Unidos, seja no intuito original de derrubar o regime de Bashar Al-Assad, seja com o objetivo de impedir a instalação de um califado islâmico, fundamentalista, naquele território.

Por outro lado, participam, direta ou indiretamente, países como o Irã aliado da Rússia, desde os tempos da antiga União Soviética, e o Hezbollah do Líbano. A Turquia, também indiretamente envolvida, tem apresentado uma posição ambígua no conflito, opondo-se ao regime de Assad, mas temerosa das consequências de sua queda.

Apresentado o panorama da crise síria e os interesses envolvidos no conflito, usaremos a presente guerra como estudo de caso, a fim de avaliar a relação entre Estado e imprensa em situações de guerra. Afinal, em quatro anos, a guerra na Síria parece estar

---

<sup>5</sup> Bashar Al-Assad sucedeu ao seu pai, Hafez Al-Assad.

<sup>6</sup> Artigo baseado em uma série de discussões com analistas do Oriente Médio patrocinado pelo [Hollings Center for International Dialogue](http://www.mei.edu/content/regional-implications-syria-crisis). Disponível em: <http://www.mei.edu/content/regional-implications-syria-crisis>. Acesso em: 07/05/15.



repetindo o mesmo padrão das outras já descritas nesse trabalho. Assim, também neste contexto, as notícias não apresentam comprometimento com os fatos, mas parecem estar alinhadas aos interesses de cada país envolvido diretamente. Para tanto, analisaremos os principais veículos de dois dos principais atores neste contexto.

### 7.1.2.1 Posição dos países envolvidos

#### 7.1.2.1.1 Rússia

De acordo com o documento *Responsibility to protect... itself? Russia's strategy towards the crisis in Syria* (Responsabilidade de proteger... a si mesmo? A estratégia da Rússia para a crise na Síria) do *The Finnish Institute of International Affairs* sobre a posição russa no conflito sírio, “Apesar das tentativas de se declarar como uma força neutra, a Rússia de fato apoia o regime do presidente sírio Bashar al-Assad nos termos políticos e militares”. (MENKISZAK, 2013, tradução nossa)<sup>7</sup>. Em questões políticas, tal apoio acontece em decisões internacionais adversas, como através do Conselho de Segurança da ONU. Dentre os motivos da postura russa, estaria a rivalidade entre o país e os Estados Unidos, “ecoando os padrões da Guerra Fria” (ASSEBURG; WIMMEN, 2012, p.3, tradução nossa)<sup>8</sup>. A Rússia pretende limitar a influência americana no Oriente e, para isso, apoia lado oposto ao de Obama no conflito.

As razões, entretanto, também são econômicas. A Síria sempre foi uma importante cliente da indústria militar russa e a família Assad tem sido um fiel aliado na Rússia, o que “tem origem em uma cooperação duradoura entre os dois Estados, existente desde a Guerra Fria” (MARTINI; YORK; YOUNG, 2013, p.2, tradução nossa).<sup>9</sup> Além disso, se o regime cair, há a possibilidade de o governo ser assumido pela Irmandade Muçulmana, sunita e menos confiável para os russos, ou ser influenciado por movimentos como o Salafismo ou o Wahabismo, ambos não menos radicais. E como afirma o documento *Why Tehran won't abandon Assad(ism)* [Por que Teerã não vai abandonar o Assad(ismo)] do *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* “Ambos (Rússia e Irã) estão preocupados com o

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.fiia.fi/en/publication/341/responsibility\\_to\\_protect...\\_itself/](http://www.fiia.fi/en/publication/341/responsibility_to_protect..._itself/). Acesso em: 06/05/15.

<sup>8</sup> Artigo publicado pelo *German Institute for International and Security Affairs*. Disponível em: [http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43\\_ass\\_wmm.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43_ass_wmm.pdf). Acesso em: 06/05/15.

<sup>9</sup> “A relação de Moscou com Damasco tem origem em uma cooperação duradoura entre os dois Estados, existente desde a Guerra Fria, pela Síria ter proporcionado à Rússia seu único porto no Mediterrâneo (Tartus)”. Disponível em:

[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_reports/RR200/RR213/RAND\\_RR213.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR213/RAND_RR213.pdf). Acesso em: 06/05/2015.

crescimento do Salafismo e Wahabismo (movimentos reformistas islâmicos) na Síria” (MILANI, 2013, p. 82, tradução nossa)<sup>10</sup>. Afinal, é sabido que a Rússia tem um histórico de problemas com minorias muçulmanas.

#### 7.1.2.1.2 EUA e Inglaterra

Os interesses americanos no conflito sírio estão relacionados ao jogo de influências na região. Junto com a Arábia Saudita, o governo americano tenta impedir o crescimento do poder iraniano e russo no país e no Oriente Médio como um todo. Além disso, visa posicionar-se estrategicamente na região.

Ambos, a Arábia Saudita e os EUA têm um grande interesse em afastar a Síria do Irã; ambos veem o conflito através das lentes da questão mais ampla de equilíbrio do poder regional e procuram privar o Irã do aliado, através do qual Teerã projeta influência no Levante (MARTINI; YORK; YOUNG, 2013, p. 2, tradução nossa).<sup>11</sup>

Assim, desde o início da guerra, enquanto Rússia e Irã apoiam o regime vigente, os EUA e Inglaterra se posicionaram ao lado dos rebeldes que pedem a saída de Assad do poder, fornecendo a eles armas e suprimentos.

Com a ascensão do Estado Islâmico e sua crescente influência em territórios sírios e iraquianos, porém, a estratégia americana está se transformando. A questão da derrubada de Assad está, pouco a pouco, sendo colocada de lado e os esforços agora se concentram em combater o grupo terrorista. Para tal, “os EUA parou de pedir pela derrubada de Assad e, na verdade, está trabalhando com Assad para combater o grupo” (ALRIFAI; ZELIN, 2015, tradução nossa)<sup>12</sup>, contrariando sua postura no início do conflito. Algumas das táticas de combate envolvem armar e treinar grupos moderados, que antes lutariam contra Assad, para agora combater os jihadistas.<sup>13</sup> No entanto, ao mesmo tempo que Obama pede ao mundo uma “Guerra contra o terror”, a Inglaterra e toda a Europa tem posições mais cautelosas, visto que o islamismo é uma parte substancial de sua própria sociedade. Enquanto os EUA está protegido pelo oceano, um ataque ao grupo pode ser rapidamente respondido com um ato terrorista no território europeu “Para os países europeus, o risco é que seus próprios

<sup>10</sup> Disponível em: [http://csis.org/files/publication/TWQ\\_13Winter\\_Milani.pdf](http://csis.org/files/publication/TWQ_13Winter_Milani.pdf). Acesso em: 07/05/15.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_reports/RR200/RR213/RAND\\_RR213.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR213/RAND_RR213.pdf). Acesso em 06/05/15.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/assad-plays-america-the-fool...again>. Acesso em 05/05/15.

<sup>13</sup> Ver mais sobre a política de Washington em relação ao Estado Islâmico no artigo “Conflito armado na Síria: visão geral e responsabilidade americana”. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33487.pdf>. Acesso em: 05/05/15.

cidadãos muçulmanos possam ser recrutados e treinados pelo EI e, depois, retornem para casa levando atos terroristas” (2015, p. 98, tradução nossa).<sup>14</sup>

Exposto o contexto da guerra na Síria e a política externa adotada por países diretamente envolvidos em tal conflito, a continuação do trabalho, nos próximos capítulos, consistirá na coleta de publicações do principal jornal (ou um dos principais) de cada um destes países. Tal coleta será realizada nos sites disponíveis na internet na língua inglesa, como o New York Times, The Washington Post e antiga agência russa Ria Novosti, que agora faz parte do grupo midiático Sputnik News. Após a reunião das matérias, será feita a análise com foco, não na manipulação da notícia, mas no seu enfoque e na qualidade da abordagem.

## Referências Bibliográficas

ALLAN, Stuart; ZELIZER, Barbie. **Reporting war: Journalism in wartime**. Abigdon: Routledge, 2004.

ALRIFAI, Aaron; ZELIN, Oula Abdulhamid. *Assad plays America the fool...Again*. Washington: Washington Institute, 2015. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/assad-plays-america-the-fool...again>>. Acesso em 05/05/15.

ALTHUSSER, Louis Pierre. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ASSEBURG, Muriel; WIMMEN, Heiko. **Civil war in Syria: External actors and interests as drivers of conflict**. Berlin: German Institute for International and Security Affairs, 2012. Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43\\_ass\\_wmm.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43_ass_wmm.pdf)>. Acesso em: 06/05/15.

CALABRESE, John. **The regional implications of the Syria crisis**. [S.I.] Middle East Institute, 2012. Disponível em: <<http://www.mei.edu/content/regional-implications-syria-crisis>>. Acesso em: 07/05/15.

CARPI, Estella. **Confessionalization fundamentalism: Commodifying religious identities in the Middle East**. [S.I.] Open Democracy, 2012. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/estella-carpi/confessionalization-fundamentalism-commodifying-religious-identities-in-middle-east>>. Acesso em: 21/05/15.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **A manipulação do público: Política e poder econômico no uso da mídia**. 1ª Ed. Futura, 2003.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

EUROPEAN COUNCIL FOREIGN RELATIONS. **The Islamic State through the regional lens**. [S.I.] EUROPEAN COUNCIL FOREIGN RELATIONS, 2015. Disponível em:

---

<sup>14</sup> Ver mais sobre a questão no artigo “Estado Islâmico sob as lentes regionais”. Disponível em: [http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR122\\_IS\\_REPORT\\_Combined\\_140115\(new\).pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR122_IS_REPORT_Combined_140115(new).pdf). Acesso em: 06/05/15.

<[http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR122\\_IS\\_REPORT\\_Combined\\_140115\(new\).pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR122_IS_REPORT_Combined_140115(new).pdf)>. Acesso em: 07/05/15.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. **RBS e eleições: Meditações sobre 27 de outubro de 2002**. Centro de Mídia Independente Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2002/11/41287.shtml>>. Acesso em 20/04/2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JAMIESON, Kathleen Hall; WALDMAN, Paul. **The press effect: Politicians, journalist, and the stories that shape the world**. Nova York: Oxford University Press, 2003.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: A consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

KNIGHTLEY, Phillip. **A primeira vítima**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

LASSWELL, Harold Dwight. **Propaganda technique in the World War**. 2ª Ed. New York: University of Michigan, 1938.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINI, Jeffrey; YORK, Erin; YOUNG, William. **Syria as an arena of strategic competition**. Santa Monica: Rand Corporation, 2013. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_reports/RR200/RR213/RAND\\_RR213.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR213/RAND_RR213.pdf)>. Acesso em: 06/05/2015.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: História das ideias e das estratégias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MENKISZAK, Marek. **Responsibility to protect... itself? Russia's strategy towards the crisis in Syria**. Helsinque: The Finnish Institute of International Affairs, 2013. Disponível em: <[http://www.fiia.fi/en/publication/341/responsibility\\_to\\_protect...\\_itself/](http://www.fiia.fi/en/publication/341/responsibility_to_protect..._itself/)>. Acesso em: 06/05/15.

MILANI, Mohsen. **Why Tehran won't abandon Assad(ism)**. [S.I.] Center for Strategic and International Studies, 2013. Disponível em: <[http://csis.org/files/publication/TWQ\\_13Winter\\_Milani.pdf](http://csis.org/files/publication/TWQ_13Winter_Milani.pdf)>. Acesso em: 07/05/15.

RAMONET, Ignacio. Comunicação e manipulação da informação. In: VIGIL, José Maria; CASALDÁLIGA, Pedro. **Agenda latino-americana mundial**. São Paulo: Loyola, 2006.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. 1ª Ed. São Paulo: L&PM Pocket, 2002.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

WAINBERG. Jacques Alkalai. **Mídia e terror: Comunicação e vivência política**. Brasil: Paulus, 2005.